

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.816 - SP (2019/0239840-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE
ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : DANIEL BUSHATSKY - SP270767
THAIS CINTRA SOUSA - SP267790
RECORRIDO : INNOVA SOLUCOES LTDA
ADVOGADOS : SAMUEL GODOI - SP275568
MARCO AURELIO BRASIL LIMA - SP143811

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 300):

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RESCISÃO CONTRATUAL RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS Interrupção na prestação dos serviços Caracterizada a prescrição (trienal) da pretensão de restituição dos valores pagos por serviços não prestados SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, para declarar rescindido o contrato RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 308-310.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, bem como ao arts. 205 do Código Civil, ao argumento, entre outros, que o prazo prescricional aplicável deve ser o decenal, pois se trata "(...) *de claro inadimplemento contratual, não de enriquecimento sem causa como quis o v. acórdão de apelação ora recorrido, e (decorrência) a fixação do prazo de prescrição depende dessa tipificação (...)*". (fl. 318)

Contrarrazões às fls. 402-407.

É o relatório. Decido.

O recurso em apreço merece prosperar em parte.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-SP analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no

sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

Com efeito, ao apontar violação ao art. 205 do CC, a recorrente sustenta que

o caso trata de inadimplemento contratual, não de enriquecimento sem causa, de modo que o prazo prescricional aplicável seria a regra geral (10 anos). Por sua vez, o TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fl. 301):

"A Autora alega, na petição inicial, que 'aos 11/10/2013 celebrou 'Contrato de Fornecimento e Instalação de Equipamentos' com o Consórcio Marquise Normatel para a instalação do sistema de esteiras de bagagem no Aeroporto Confins/MG', que 'contratou a Ré para o fornecimento de serviços de montagem eletromecânica na obra do Aeroporto', que 'apesar de os serviços terem sido pagos integralmente, é certo que somente 14,76% dos serviços foram prestados, pois por culpa exclusiva do Consórcio Marquise, responsável pela obra junto à Infraero, este não permitiu a entrada para a realização dos serviços, em virtude de divergências com a Infraero', e pede a declaração da rescisão do contrato e a condenação à restituição do 'valor pago a maior, relativo à parte inadimplida do contrato, no importe de R\$ 231.239,08'".

Aplicável o prazo prescricional trienal (previsto no artigo 206, parágrafo 3º, inciso IV, do Código Civil) ao pedido de restituição dos valores pagos por serviços não prestados, por se tratar de "pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa", salientando-se que não se trata de pretensão de reparação civil decorrente de inadimplemento contratual (inciso V do mesmo artigo), e, portanto, inaplicável o entendimento indicado nas razões recursais (STJ, EREsp 1.280.825/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 27/06/2018, DJe 02/08/2018).

Assim, considerando que o prazo prescricional trienal fluiu desde a data em que interrompida a prestação dos serviços (em 13 de novembro de 2014 conforme consta da petição inicial), e que ajuizada a ação em 27 de março de 2018, consumada a prescrição, quanto ao pedido de restituição dos valores pagos por serviços não prestados." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC) que prevê dez anos de prazo prescricional. Nessa linha de intelecção, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E TEORIA DA APARÊNCIA. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. ATO INEQUÍVOCO. IMPRESCINDIBILIDADE. INCORPORAÇÃO.

PROPRIETÁRIO DO TERRENO E INCORPORADORA. SOLIDARIEDADE OU SUCESSÃO OBRIGACIONAL. INEXISTÊNCIA. INSOLVÊNCIA DA INCORPORADORA. RESCISÃO DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO DO TERRENO. HAVERES DOS EX-TITULARES DE DIREITO À AQUISIÇÃO DE UNIDADE AUTÔNOMA A RECEBER DO PROPRIETÁRIO DO LOTE. LIMITAÇÃO AOS VALORES DA PARCELA DE CONSTRUÇÃO ADICIONADA. PROPRIETÁRIO QUE SE FAZ PASSAR POR COINCORPORADOR. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA APARÊNCIA.

(...)

3. Por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.280.825/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, a Segunda Seção perfilhou o entendimento de que, ressalvados prazos específicos, em regra, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se o prazo geral de prescrição - 10 anos - contido no art. 205 CC/02 e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, o prazo trienal, conforme disposto no art. 206, § 3º, V, do Diploma Civilista. No caso, cuida-se de alegação de inadimplemento contratual, e, observada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Diploma Civilista vigente, não restou transcorrido o prazo decenal.

(...)

8. Recuso especial não provido."

*(REsp 1360269/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 08/03/2019 - grifou-se)*

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MATERIAL E MORAL. SERVIÇOS CONTRATADOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EREsp 1.280.825/RJ, estabeleceu o entendimento de que o prazo prescricional para as ações fundadas no inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos, é de 10 anos.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

*(AgInt no AREsp 1277430/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 15/03/2019 - grifou-se)*

Desse modo, estando a decisão recorrida em desacordo com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial comporta provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos a origem para, afastando a prescrição, determinar o prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator